



**Permanência estudantil no Ensino Superior brasileiro: um estado do conhecimento
(2013 a 2023)**

Student retention in Brazilian Higher Education: a state of knowledge (2013 to 2023)

Edna Vieira da Silva

Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET/MG)
Belo Horizonte/MG-Brasil

Suzana dos Santos Gomes

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
Belo Horizonte/MG-Brasil

Resumo

Embora os avanços nas políticas e programas direcionados à democratização do acesso ao Ensino Superior no Brasil sejam evidentes, constata-se ainda desigualdades nas oportunidades de permanência de estudantes. Este artigo apresenta resultados de uma pesquisa do tipo estado do conhecimento sobre as políticas de permanência estudantil em cursos de graduação nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). Buscou-se responder à seguinte questão: como a permanência estudantil no Ensino Superior tem sido abordada na literatura acadêmica? A investigação foi realizada na base de dados da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações e em artigos publicados em periódicos nacionais disponíveis no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Os resultados revelaram número limitado de estudos que tratam das ações voltadas à permanência estudantil nas IFES.

Palavras-chave: Permanência estudantil; Ensino Superior; Estado do conhecimento.

Abstract

Despite the advances in policies and programs aimed at democratizing access to higher education in Brazil, inequalities in opportunities for students to remain are still apparent. This article shows the results of a state-of-knowledge research on student retention policies in undergraduate courses at Federal Higher Education Institutions (IFES). It was aimed to answer the following question: How has student retention in higher education been addressed in the academic literature? The research was conducted in the database of the Digital Library of Theses and Dissertations and articles published in national journals available on the Journal Portal of the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel (Capes). The results revealed a limited number of studies that address actions to ensure student retention in IFES.

Keywords: Student retention; Higher Education; State-of-knowledge.

Introdução

A partir dos anos 2000, o Brasil implementou uma série de políticas e programas direcionados à democratização do acesso ao Ensino Superior, especialmente para grupos sociais historicamente excluídos e marginalizados, como populações negras (pretos e pardos), indígenas, pessoas com deficiência e estudantes de baixa renda familiar. Dentre as principais iniciativas, destacam-se: o Programa Universidade para Todos (Prouni), o Programa de Apoio aos Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) e o Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB). Além disso, consideram-se a expansão das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) e a ampliação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT), também chamada Rede Federal, por meio da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Essas medidas representam um marco na ampliação e interiorização do Ensino Superior no país. Diante disso, este artigo investiga como a permanência estudantil no Ensino Superior tem sido abordada na literatura científica entre 2013 e 2023.

Outro marco relevante para a democratização do Ensino Superior foi a publicação dos Planos Nacionais de Educação (PNE) de 2001-2010. O PNE 2001-2010 estabeleceu como metas principais ampliar a oferta de vagas e matrículas por meio da expansão e interiorização das IFES, bem como fomentar programas de assistência estudantil para estudantes em vulnerabilidade socioeconômica (Brasil, 2001). Já o PNE 2014-2024 avançou nessas diretrizes com as políticas de inclusão e de assistência estudantil para graduandos de instituições públicas, além de estimular o aumento da participação de grupos historicamente desfavorecidos no Ensino Superior, consolidou os processos seletivos nacionais e regionais como forma de superar exames vestibulares isolados, conforme previsto na Meta 12 do PNE.

Nesse contexto, entre 2007 e 2010, o governo federal implementou políticas cruciais, destacando-se três iniciativas principais: 1) a reformulação do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM); 2) o estabelecimento do Sistema de Seleção Unificada (SiSU); e 3) a criação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), regulamentado pela Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007, e posteriormente consolidado pelo Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010.

Contudo, apesar dos expressivos avanços na democratização do acesso, incluindo a implementação de ações afirmativas, de programas de assistência estudantil e de um

conjunto de medidas normativas e regimentais para a democratização desse nível de ensino, constata-se a persistente influência das desigualdades sociais que impactam tanto o ingresso quanto a permanência no Ensino Superior. Os dados mais recentes do Censo da Educação Superior de 2022 revelam índices preocupantes de evasão, particularmente nas IFES, evidenciando os limites das políticas adotadas.

Esse cenário justifica a relevância de investigar as discussões sobre democratização do Ensino Superior, com ênfase nos efeitos das políticas de assistência estudantil na permanência e conclusão dos cursos, especialmente para os beneficiários da Lei de Cotas (Brasil, 2012) nas IFES.

O presente artigo se insere no debate acadêmico contemporâneo sobre democratização, ações afirmativas e permanência estudantil, dialogando com referenciais teóricos fundamentais. A base teórico-metodológica inclui trabalhos como os de Dias Sobrinho (2011), de Vargas e Heringer (2017) e de Senkevics e Carvalho (2023). Complementam esse arcabouço as teorias de Dubet (2017) e de Tinto (2006).

Estruturalmente, o artigo organiza-se em quatro seções principais além desta introdução: detalhamento metodológico; fundamentação conceitual sobre ações afirmativas no Ensino Superior; análise crítica dos dados de permanência estudantil nas IFES; e discussão das contribuições e implicações políticas. As considerações finais sintetizam os principais achados e apontam direções para pesquisas futuras.

Percorso metodológico: um estudo de revisão do tipo estado do conhecimento

Este estudo configura-se como uma pesquisa de revisão do tipo estado do conhecimento, com abordagem qualitativa da área de políticas públicas de educação. Para tanto, realizou-se um levantamento bibliográfico abrangendo artigos, dissertações e teses, com o objetivo de mapear e analisar as principais contribuições acadêmicas sobre o tema proposto. Como fontes principais, destacam-se o banco de dados da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, que integra os sistemas de informação de teses e dissertações das instituições de ensino e pesquisa de todo o país, disponibilizando, por meio do acesso livre, o acervo da produção acadêmica de diversas universidades. Com o objetivo de identificar os artigos que discutem questões relativas às políticas de permanência estudantil, utilizou-se o Portal de

Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que reúne periódicos de relevância nacional e internacional,

Conforme Ferreira (2002), um estudo do tipo estado do conhecimento possibilita compreender o cenário da produção acadêmica sobre determinado tema, identificando quais aspectos têm sido privilegiados nas pesquisas. Nessa perspectiva, buscou-se analisar como e em que condições o conhecimento sobre permanência estudantil tem sido produzido.

O recorte temporal estabelecido abrange os anos de 2013 a 2023, período marcado pela consolidação de políticas públicas voltadas ao acesso e permanência no Ensino Superior, como a Lei de Cotas e a expansão de programas de assistência estudantil. Nos limites deste estudo, serão analisadas as pesquisas que abordam a implementação das políticas de permanência estudantil.

De acordo com Morosini e Fernandes (2014), o estado do conhecimento consiste em identificar, registrar e categorizar a produção científica de uma área específica e de determinado período, reunindo artigos, dissertações, teses e livros relativos a um assunto.

Nessa direção, este artigo apresenta os resultados da investigação que analisou a produção do conhecimento atual no campo das políticas públicas de educação, com a finalidade de oferecer uma síntese sobre a produção científica que trata das ações e dos programas direcionados à permanência de estudantes beneficiários de políticas de ações afirmativas em cursos de graduação das IFES. Dessa forma, busca-se identificar os principais debates, abordagens, contribuições, lacunas e oportunidades de pesquisas no campo.

A fim de alcançar o objetivo proposto neste estudo, foram definidas as seguintes etapas como constituintes do estado do conhecimento, em consonância com o percurso metodológico adotado pelas pesquisadoras (Morosini; Nascimento; Nez, 2021): 1) seleção das fontes de produção científica; 2) identificação dos descritores de busca; 3) organização dos trabalhos a serem analisados; 4) análise dos trabalhos e construção das categorias; 5) considerações sobre o campo e o tema da pesquisa.

Na primeira etapa do mapeamento, realizada entre 30 de julho e 30 de novembro de 2024, procedeu-se à seleção das fontes nas quais seriam realizadas as buscas e a coleta de material para análise da produção científica no campo das Políticas Públicas de Educação. Para isso, utilizaram-se os serviços disponibilizados pela ferramenta CAFE (Comunidade Acadêmica

Federada), que permite o acesso remoto ao conteúdo pago pelo Portal de Periódicos da CAPES, disponível para as IFES.

Na etapa de identificação e seleção dos descritores de busca, recorreu-se ao Thesaurus Brasileiro da Educação (Brased), um vocabulário controlado e estruturado, disponibilizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), com o objetivo de padronizar os termos e uniformizar os sinônimos utilizados na pesquisa. A busca foi realizada nos sites da BDTD e do Portal de Periódicos da CAPES, por meio do recurso “busca avançada”, utilizando as seguintes combinações de descritores: a) “Ensino Superior” e “Ações Afirmativas”; b) “Ensino Superior” e “Assistência Estudantil”; c) “Ensino Superior” e “Lei de Cotas”; d) “Ensino Superior” e “Permanência Estudantil”; e) “Lei de Cotas” e “Permanência Estudantil”. Como procedimento de busca, utilizou-se os operadores booleanos “AND” (que restringe a busca aos registros que contenham todos os termos especificados) e “OR” (que amplia a busca, incluindo registros que contenham pelo menos um dos termos).

A terceira etapa da pesquisa foi realizada com o auxílio do editor de planilhas Excel, o que possibilitou a organização dos dados coletados em um banco de dados contendo os links dos artigos, dissertações e teses, separados por repositório e por termos de busca. Em seguida, foi realizada uma leitura flutuante dos títulos, resumos e palavras-chave, com o objetivo de identificar a ocorrência dos termos “política educacional”, “ações afirmativas”, “assistência estudantil”, “Lei de Cotas” e “permanência estudantil”. Os quantitativos encontrados em cada base de dados são apresentados na Tabela 1.

Tabela 1: Quantitativo de trabalhos acadêmicos identificados na BDTD e no Portal de Periódicos CAPES

Termos da busca	Base de dados			
	BDTD		Periódicos CAPES	
	Nº trabalhos localizados	Nº trabalhos selecionados	Nº trabalhos localizados	Nº trabalhos selecionados
Ensino Superior e Assistência Estudantil	27	01	27	06
Ensino Superior e Ações Afirmativas	20	02	40	02
Ensino Superior e Permanência Estudantil	08	05	04	02
Ensino Superior e Lei de Cotas	03	00	09	00
Lei de Cotas e Permanência Estudantil	00	00	02	01
Total	58	08	82	11
Total de trabalhos selecionados relacionados à permanência estudantil				19

Fonte: Portal da BDTD e Portal de Periódicos da CAPES, 2024.

Cabe esclarecer que a definição dos descritores utilizados foi orientada pelos objetivos da pesquisa. A Tabela 1 apresenta o número de trabalhos encontrados nas bases de dados da BDTD e do Portal de Periódicos da CAPES.

Constata-se, com base no levantamento da produção acadêmica apresentado na Tabela 1, que os temas relacionados à Lei de Cotas e à permanência estudantil no Ensino Superior ainda são pouco explorados, considerando o número limitado de trabalhos publicados. Entre os 140 trabalhos identificados, apenas 19 abordam especificamente a temática da permanência estudantil. No entanto, observa-se uma diversidade de enfoques nos estudos, com ênfase variada em aspectos como assistência estudantil e ações afirmativas.

A partir da identificação dos trabalhos, procedeu-se à leitura dos resumos bem como das seções de resultados e considerações finais das dissertações e teses, com o objetivo de localizar os termos “ações afirmativas”, “permanência estudantil” e “assistência estudantil”, incluindo suas variações no plural. Os critérios de seleção da produção acadêmica foram definidos a partir das seguintes categorias de análise: a) centralidade na discussão sobre a democratização do Ensino Superior nas IFES; b) ênfase em políticas de permanência estudantil no Ensino Superior; c) acesso por meio da Lei de Cotas.

Com base nessas categorias, foram desconsiderados os trabalhos que, embora abordassem a temática das políticas de democratização do Ensino Superior, não contemplavam a avaliação das condições de permanência nesse nível de ensino. Dessa forma, foram identificados e selecionados os trabalhos para análise, considerando os termos utilizados na busca e os critérios de inclusão previamente estabelecidos.

Após a seleção dos trabalhos, organizou-se o corpus considerando os principais dados de caracterização das obras, a saber: título, autoria, ano de publicação e link de acesso. Essa organização teve como objetivo facilitar a identificação e o rastreamento das referências bibliográficas que seriam analisadas.

Dando continuidade à metodologia, foi realizada a sistematização das obras selecionadas. A finalidade desse mapeamento é estruturar as referências escolhidas e possibilitar uma compreensão mais ampla do objeto da pesquisa, fornecendo subsídios relevantes para a etapa de análise e categorização dos dados. A seguir, apresenta-se o Quadro 1, que ilustra os procedimentos adotados na sistematização realizada com as referências selecionadas.

Quadro 1: Sistematização bibliográfica

Código de identificação da obra Artigo (A) Dissertação (D) Tese (T)	D1
Autoria	AMARAL, Tamires Aparecida
Título	Políticas públicas de permanência estudantil: a democratização do acesso ao Ensino superior
Objetivos	Analisar as políticas de permanência estudantil no ensino superior, com foco nas políticas da UNESP, da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) e do Instituto Federal do Sul de Minas (IFSULDEMINAS)
Metodologia	Análise documental quantitativa e qualitativa, com coleta de dados nos campi: UNESP - Franca, UEMG - Passos, IFSul de Minas - Passo. Além de uma revisão bibliográfica sobre a temática da democratização do ensino superior e a pluralidade das juventudes.
Principais resultados	Resultados da pesquisa indicam que: 1) Verificou-se nas IES pesquisadas que todos os estudantes que requisitaram auxílios para a permanência e que atendiam aos critérios de renda estabelecidos foram atendidos. Sendo assim, a pesquisadora concluiu que não havia escassez de políticas de permanência estudantil naquelas instituições. 2) Verificou-se que, na região das IES pesquisadas, há pouca disseminação de informações acerca de isenção de taxas de vestibulares e sobre o SiSU, de modo geral, para os estudantes do Ensino Médio e para suas famílias.

Fonte: Banco de dados da pesquisa, 2025.

Após a organização do *corpus*, deu-se início à quarta etapa da pesquisa, correspondente à análise dos trabalhos e à construção das categorias de análise. O estabelecimento dessas categorias resultou de leituras minuciosas e de um estudo detalhado e rigoroso dos resultados apresentados na bibliografia selecionada. Esse processo teve como foco verificar a relação e a pertinência das categorias com a questão norteadora da pesquisa, os objetivos propostos e os referenciais teóricos adotados. A análise dos 19 trabalhos selecionados permitiu a identificação de padrões temáticos e conceituais recorrentes, os quais fundamentaram a construção das categorias analíticas apresentadas no Quadro 2.

Quadro 2: Categorização bibliográfica sobre políticas de permanência estudantil no Ensino Superior

Categorias	Número de Estudos	Subcategorias
Gestão das Ações Afirmativas (GAA)	17	Acesso – Lei de Cotas
		Assistência Estudantil – desigualdades socioeconômicas
Gestão Institucional (GI)	14	Atuação dos agentes institucionais
		Aplicação de recursos do Programa Nacional Assistência Estudantil
		Função social das IFES
Gestão Acadêmico-Pedagógica (GAP)	07	Integração do estudante
		Apoio e acompanhamento do estudante
		Desempenho e sucesso acadêmico

Fonte: Banco de dados da pesquisa, 2025.

Diante da relevância dessa temática, especialmente no contexto das IFES, este artigo tem como propósito apresentar um panorama das discussões acadêmicas no campo das políticas públicas de educação. Busca-se, assim, identificar tendências, lacunas e possíveis caminhos para o desenvolvimento de futuras pesquisas voltadas à análise da implementação de políticas de permanência estudantil.

As razões para análise das políticas públicas de ações afirmativas no Ensino Superior

O contexto de democratização do Ensino Superior no Brasil, impulsionado pela expansão e interiorização das IFES a partir dos anos 2000, exige a elucidação de conceitos fundamentais para a análise e compreensão desse fenômeno, tais como: políticas públicas, políticas educacionais e, especificamente, políticas de ações afirmativas.

No que se refere à concepção de política pública, é importante destacar que se trata de um conceito multidisciplinar, abordado por diferentes áreas do conhecimento e correntes teóricas. Neste estudo, adota-se a definição proposta por Souza (2002, p. 5), segundo a qual política pública é “o campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, ‘colocar o governo em ação’ e/ou analisar essa ação (variável independente) e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (variável dependente)”. Em outras palavras, compreende-se política pública como o conjunto de programas e ações sociais promovidos pelo Estado com o objetivo de solucionar problemas coletivos, cujos resultados podem gerar transformações significativas no contexto social.

Nesse sentido, as políticas públicas são compreendidas como produtos de disputas de poder em contextos históricos e sociais específicos. Sua formulação é resultado de discursos que expressam valores, objetivos, silêncios e interesses, sendo, portanto, permeada por diferentes interpretações e intenções. Assim, a análise de políticas públicas deve considerar que sua formulação perpassa por um ciclo formado por vários estágios de discussões e deliberações, que impactam no seu processo de produção. Logo, a concepção de políticas públicas com a qual se trabalha neste artigo é a do chamado Ciclo de Políticas Públicas, composto pelas seguintes etapas: definição da agenda, identificação de alternativas, avaliação das opções, seleção, implementação e avaliação das ações.

Quanto às políticas educacionais, adota-se a definição de Van Zanten (2011), que as entende como programas de ação governamental estruturados a partir de valores e ideias, voltados a públicos escolares e implementados por gestores e profissionais da educação.

Essas políticas têm como objetivo central elevar o nível de instrução da população. Complementando essa perspectiva, Cury e Tripodi (2023) afirmam que políticas educacionais podem ser entendidas como programas ou ações governamentais destinadas ao campo da educação, implicando órgãos públicos e agentes, que possuem diferentes visões da relação entre Estado e sociedade. As políticas educacionais são ações governamentais voltadas ao campo da educação, envolvendo órgãos públicos e agentes com diferentes visões sobre a relação entre Estado e sociedade. Assim, essas políticas podem assumir caráter conservador ou progressista, a depender da concepção de Estado que orienta sua formulação.

Para Oliveira (2010), as políticas educacionais resultam da correlação de forças entre distintos projetos e interesses em disputa no interior do Estado, com o objetivo de configurar e controlar a prática institucionalizada da educação em determinado contexto histórico. Tradicionalmente, no Brasil, essas políticas têm buscado promover a igualdade de oportunidades entre os indivíduos, independentemente de sua condição socioeconômica.

Com base nessas definições, é possível compreender as políticas de ações afirmativas no campo da educação, especialmente no Ensino Superior, como instrumentos fundamentais para o processo de democratização do acesso. Segundo Gomes (2001), tais políticas têm origem nos Estados Unidos e na Europa, sob as denominações de “discriminação positiva” ou “ação positiva”, com o objetivo de concretizar o princípio da igualdade material e neutralizar os efeitos de discriminações baseadas em raça, gênero, idade, origem nacional ou características físicas.

Nesse contexto, as políticas de ações afirmativas implementadas pelo Estado constituem-se como mecanismos sociojurídicos – de caráter compulsório, facultativo ou voluntário – voltados à inclusão social de grupos historicamente marginalizados. Tais políticas visam garantir a igualdade de oportunidades, conforme previsto na Constituição Federal, promovendo o acesso à educação, ao trabalho, à saúde e à participação política.

De modo geral, essas políticas buscam não apenas corrigir desigualdades históricas, mas também transformar mentalidades e comportamentos sociais, combatendo os efeitos da discriminação estrutural que perpetua a exclusão de determinados grupos. De acordo com Feres Júnior *et al.* (2018), as ações afirmativas destinam recursos e direitos específicos a grupos sociais desfavorecidos, com vistas ao bem-estar individual e coletivo. Portanto, os recursos e oportunidades concedidas pelas ações afirmativas promovem a participação

política, o acesso aos serviços de saúde e à educação, por meio da admissão em instituições de Ensino Superior, a inserção no mercado de trabalho, a criação de redes de proteção social e o reconhecimento cultural e histórico desses grupos.

Em síntese, as políticas de ações afirmativas têm como finalidade assegurar direitos sociais fundamentais, como o acesso à educação, compreendida aqui como um instrumento de promoção da equidade e da inclusão social. Dessa forma, contribuem para romper com a tradição de exclusão e discriminação que ainda persiste no ambiente acadêmico em relação a grupos socialmente marginalizados.

Coerente com essa perspectiva, a promulgação da Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012 – conhecida como Lei de Cotas (Brasil, 2012) – é concebida como um importante instrumento político voltado à inclusão de grupos historicamente excluídos e/ou invisibilizados. Esse dispositivo legal determinou que as instituições federais de Ensino Superior e de ensino técnico de nível médio reservassem, no mínimo, 50% de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o Ensino Médio em escolas públicas, considerando, inicialmente, critérios socioeconômicos e de pertencimento étnico-racial. Posteriormente, a legislação foi alterada para incluir também pessoas com deficiência.

A implementação da Lei de Cotas nas IFES, como política de ação afirmativa e parte do processo de democratização do acesso ao Ensino Superior, gerou uma intensificação das demandas por políticas e ações que garantam a permanência dos estudantes cotistas nos cursos de graduação. Nesse contexto, destaca-se o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), instituído pelo Ministério da Educação (MEC) por meio da Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007, no âmbito da Secretaria de Educação Superior (SESu), com o objetivo de apoiar estudantes de baixa renda. Em 19 de julho de 2010, o Decreto nº 7.234, que dispõe sobre o Plano Nacional de Assistência Estudantil, assinado pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ampliou as condições de permanência dos jovens nas IFES.

Segundo Maciel, Lima e Gimenez (2016), o PNAES tem como finalidade garantir o sucesso acadêmico por meio da conclusão do curso, contribuindo para a redução dos índices de retenção e evasão decorrentes de fatores socioeconômicos. De acordo com Vargas e Heringer (2017), o PNAES, ao apoiar a permanência de estudantes de baixa renda nos cursos de graduação, enfatiza a necessidade de oferta de auxílios relacionados à moradia, transporte e alimentação. No entanto, para além dos aspectos econômicos, é fundamental que as ações

de permanência também contemplem dimensões acadêmicas, culturais, psicológicas e simbólicas, de modo a assegurar a efetiva integração e participação dos estudantes cotistas na vida universitária – inclusive em atividades extracurriculares, como eventos, seminários e manifestações culturais.

Dias Sobrinho (2011) ressalta que políticas, programas e ações voltados à democratização do Ensino Superior são essenciais para a redução das desigualdades e para a ampliação da inserção social de grupos historicamente marginalizados. Todavia, tais políticas de acesso, por si sós, não são suficientes para romper com a estrutura verticalizada e desigual da sociedade brasileira. Nesse sentido, é imprescindível que as políticas públicas de educação promovam transformações nos modelos institucionais e pedagógicos das IFES, assegurando melhores condições de acesso, permanência e conclusão dos cursos de graduação.

Categorias de análise das tendências nas pesquisas sobre as políticas de ações afirmativas

A análise dos 19 trabalhos selecionados revelou a predominância de determinados aspectos na abordagem das políticas de ações afirmativas no Ensino Superior. Esses estudos foram organizados em três categorias principais de análise: 1) Gestão das Ações Afirmativas; 2) Gestão Institucional; 3) Gestão Acadêmico-Pedagógica.

Conforme apresentado no Quadro 2, observa-se uma variação de ênfase em cada categoria, o que resultou na construção de subcategorias temáticas. No entanto, devido à inter-relação entre os temas que compõem as políticas de ações afirmativas, alguns estudos abordam questões que transcendem uma ou mais categorias. Diante disso, nesta pesquisa, optou-se por priorizar a análise dos trabalhos com base nas categorias principais, considerando a correlação entre os temas das subcategorias e as análises desenvolvidas pelos autores, tal como demonstrado no Quadro 3.

Quadro 3: Trabalhos selecionados por categoria

(Continua)

Categorias*	Título	Autoria	Tipo de produção
GAA	Programa de ações afirmativas na UFSM: o ensino superior público sob o olhar de seus gestores	Pacheco (2013)	Artigo
GAA-GI-GAP	O momento das ações para a permanência no ensino superior: visitando a política de assistência estudantil da Universidade Federal de Juiz de Fora	Oliveira (2013)	Dissertação
GAA-GI	Políticas de permanência para estudantes na educação superior	Maciel, Lima e Gimenez (2016)	Artigo

Permanência estudantil no Ensino Superior brasileiro: um estado do conhecimento (2013 a 2023)

Quadro 3 – Trabalhos selecionados por categoria

(Conclusão)

Categorias*	Título	Autoria	Tipo de produção
GAA-GI-GAP	Ações afirmativas e forma de permanência no ensino superior público: uma análise dos desafios dos profissionais na execução da assistência estudantil da UFF	Santos (2017)	Dissertação
GI	Políticas públicas de permanência estudantil: a democratização do acesso ao ensino superior	Amaral (2018)	Dissertação
GAA-GI	Gestão das políticas de assistência estudantil: possibilidades para permanência no ensino superior	Lago (2018)	Dissertação
GAA-GI-GAP	Efetividade da assistência estudantil para garantir a permanência discente no ensino superior público brasileiro	Araújo et al. (2019)	Artigo
GAA-GI-GAP	Assistência estudantil no ensino superior: uma análise do programa auxílio estudantil da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Campus Toledo	Senger e Dallago (2019)	Artigo
GAA-GI	Igualdade de oportunidades no ensino superior brasileiro: ações afirmativas e indicadores de avaliação de políticas como mediadores do sucesso escolar	Silva Junior e Oliveira (2019)	Artigo
GAA-GI-GAP	Ações afirmativas no ensino superior brasileiro: caminhos para a permanência e o progresso acadêmico de estudantes da área das ciências exatas	Silva (2019)	Artigo
GAA-GI	Política educacional no ensino superior: reflexões sobre a contribuição da assistência estudantil da UFRPE	Macedo e Abranches (2019)	Artigo
GAP	Os desafios da permanência: as trajetórias improváveis de estudantes cotistas nos cursos de direito, engenharia de produção e medicina da UFRJ	Menezes (2019)	Tese
GAA	Política de assistência estudantil: o acesso e a permanência dos estudantes cotistas ao ensino superior no IFAM-CMC	Mendonça (2021)	Dissertação
GAA	Permanência estudantil no ensino superior público brasileiro reflexões a partir de dez anos de pesquisas	Heringer (2022)	Artigo
GAA-GI	Política pública de assistência estudantil no ensino superior brasileiro como um instrumento para novos habitus nas universidades	Brito, Costa e Souza (2022)	Artigo
GAA-GI-GAP	Programa de assistência estudantil e os desafios para a permanência no ensino superior	Câmara e Nunes (2022)	Artigo
GAA	A política pública de assistência estudantil nas instituições federais de ensino superior: conscientização e educação libertadora em debate	Vaneli Júnior e Carvalho (2023)	Artigo
GAA	Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) e sua relação com a permanência do aluno do ensino superior	Lima (2023)	Dissertação
GAA-GI	As políticas de permanência e assistência estudantil nas instituições públicas de Ensino Superior: o caso de Rondônia	Loebelin (2023)	Tese

*Gestão das Ações Afirmativas(GAA), Gestão Institucional (GI), Gestão Acadêmica-Pedagógica (GAP).

Fonte: Banco de dados da pesquisa, 2025.

Em razão dos limites de extensão previstos para este artigo, apresentam-se, a seguir, os resultados de algumas pesquisas selecionadas, com o objetivo de ilustrar as principais discussões no campo das políticas públicas em educação, especialmente no que se refere às ações afirmativas e à permanência de estudantes nos cursos de graduação das IFES, conforme as categorias estabelecidas.

Gestão das Ações Afirmativas

Na categoria Gestão das Ações Afirmativas, foram classificados 17 trabalhos que abordam a implementação das políticas de ações afirmativas com ênfase na democratização do acesso aos cursos de graduação, especialmente por meio da Lei de Cotas. Esses estudos também destacam ações e programas de assistência estudantil como instrumentos para a redução das desigualdades socioeconômicas e para a promoção da equidade no Ensino Superior.

Verificou-se que esses trabalhos se concentram na organização e execução de ações e programas de assistência estudantil nas IFES. As pesquisas analisadas evidenciam a importância e a eficácia dessas políticas para a permanência dos estudantes, mas também apontam limitações, como a necessidade de reavaliação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), que, na prática, não contempla todos os estudantes, especialmente aqueles pertencentes a grupos historicamente excluídos.

No que se refere às políticas de acesso, permanência e assistência estudantil, Loebelin (2023), ao analisar as políticas voltadas aos estudantes do Ensino Superior presencial na Universidade Federal de Rondônia (UNIR) e no Instituto Federal de Rondônia (IFRO), conclui que, embora fundamentais, as políticas de cotas são insuficientes para superar a estrutura historicamente elitizada do Ensino Superior. Assim, torna-se necessária a implementação de políticas macroestruturais de emprego e distribuição de renda, que possibilitem aos jovens de baixa renda dedicar-se integralmente aos estudos, à pesquisa, à extensão e à cultura, garantindo sua permanência e sucesso acadêmico.

Nesse sentido, Macedo e Abranches (2019) destacam que a política de assistência estudantil é essencial para a permanência dos estudantes de baixa renda. No entanto, apontam que os recursos financeiros destinados ao pagamento de bolsas e auxílios são insuficientes para atender à demanda, o que torna essa política paliativa e incapaz de eliminar as desigualdades sociais de forma estrutural.

Heringer (2022), com base em uma revisão bibliográfica de estudos produzidos pelo Laboratório de Estudos e Pesquisas em Educação Superior (LEPES) da UFRJ, analisa o processo de expansão do Ensino Superior público brasileiro e as políticas de assistência e permanência estudantil adotadas pelas universidades federais na última década. A autora identifica avanços na compreensão dessas políticas, que vão além das dimensões materiais e financeiras. Contudo, ressalta que a gestão das ações afirmativas nas universidades deve articular-se com as políticas de assistência e permanência, promovendo ações integradas que contemplem tanto o apoio material quanto as dimensões simbólicas e acadêmicas da permanência estudantil.

O processo de democratização do Ensino Superior no Brasil tem promovido mudanças institucionais, sociais e econômicas, além de transformar a própria experiência estudantil. Nesse contexto, Dubet (2017) adverte que, diante da ampliação do acesso, a universidade precisa considerar a heterogeneidade dos indivíduos, a diversidade de suas origens, trajetórias escolares e projetos de vida. Essa perspectiva é refletida nas pesquisas analisadas, que tendem a discutir o papel e a função social das universidades federais no enfrentamento das desigualdades educacionais.

Gestão Institucional

No âmbito da categoria Gestão Institucional, foram reunidas 14 pesquisas que analisam a implementação das políticas de assistência e permanência estudantil sob a perspectiva institucional. Essa dimensão, conforme o Ciclo de Políticas Públicas, desempenha papel fundamental na estruturação e execução das políticas educacionais, uma vez que a atuação das instituições – neste caso, as universidades – influencia diretamente a concepção, interpretação, organização e operacionalização dessas políticas e de seus programas. Essa atuação envolve tanto os agentes institucionais quanto os recursos materiais, orçamentários e simbólicos presentes no ambiente universitário.

Lago (2018) analisou a evolução e a gestão das atividades de assistência estudantil em uma instituição de Ensino Superior, identificando as principais ações e sua relação com os índices de evasão. A pesquisa constatou que, embora existam políticas de assistência estudantil, seu alcance é limitado aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, o que confere às ações um caráter assistencialista. Os resultados evidenciaram a necessidade de uma mudança institucional na concepção da assistência

estudantil, de modo que essa seja compreendida como um direito à educação. Além disso, foi identificada a insuficiência na sistematização dos processos de coleta e análise de dados, o que compromete o aprimoramento das ações voltadas à permanência e à redução da evasão.

Santos (2017) investigou as práticas cotidianas dos profissionais envolvidos na execução das políticas de assistência estudantil na Universidade Federal Fluminense (UFF), problematizando os desafios, limites e possibilidades dessa atuação, tanto nos aspectos técnicos quanto nas relações interpessoais. A pesquisa destacou a importância do PNAES como provedor de recursos para a permanência de estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. A pesquisa enfatizou o conhecimento dos profissionais sobre os objetivos do programa de assistência estudantil e sua relevância para a permanência. Constatou-se um déficit de profissionais na equipe em função do volume de demandas dos estudantes, bem como a falta de infraestrutura adequada, a ausência de sistematização das práticas e a burocratização dos processos de análise socioeconômica. Além disso, a pesquisadora indica a necessidade de reavaliação das ações de assistência, especialmente diante do aumento do número de estudantes de baixa renda ingressantes por meio da Lei de Cotas.

Pacheco (2013) analisou os processos de implantação do Programa de Ações Afirmativas (PAA) na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), investigando suas contribuições para o acesso e a permanência estudantil. A partir de entrevistas com pró-reitores, a pesquisa buscou compreender as percepções institucionais sobre o PAA e sua influência na gestão democrática da universidade. Os resultados indicaram que as ações afirmativas podem contribuir indiretamente para a democratização da gestão universitária, ao promoverem debates, conflitos e reavaliações sobre o papel da universidade. A pesquisa também reforçou a importância da assistência estudantil para a permanência de estudantes oriundos da escola pública.

O estudo de Maciel, Lima e Gimenez (2016) analisou as políticas de permanência em cinco universidades da Região Centro-Oeste do Brasil. Por meio de pesquisa bibliográfica, as autoras identificaram que os programas de permanência visam mitigar os efeitos da desigualdade social no Ensino Superior. As ações seguem as diretrizes do PNAES e do Programa Nacional de Assistência Estudantil para as Instituições de Educação Superior Públicas Estaduais (PNAEST). As autoras concluem que é necessário fortalecer essas políticas, considerando não apenas os fatores socioeconômicos, mas também aspectos como

dificuldades de aprendizagem, métodos didático-pedagógicos inadequados, frustrações com a instituição ou com a escolha profissional.

A análise dos trabalhos classificados na categoria Gestão Institucional evidencia que a implementação das políticas de ações afirmativas é resultado da correlação de forças e interesses que atuam nas instituições, por meio de sua organização, estrutura e atuação de seus agentes, visando a configuração e controle de práticas institucionalizadas em determinado contexto histórico, conforme Oliveira (2010). Nesse sentido, conclui-se que a ação institucional pode tanto reproduzir quanto combater as desigualdades sociais, dependendo da compreensão que a universidade tem de sua função social, de sua relação com o conhecimento e das práticas acadêmico-pedagógicas que adota.

Gestão Acadêmico-Pedagógica

Na categoria Gestão Acadêmico-Pedagógica, foram reunidos sete estudos que abordam temas relacionados à integração dos estudantes no ambiente universitário, ao desempenho e sucesso acadêmico, bem como às ações de apoio e acompanhamento pedagógico. O número reduzido de trabalhos identificados nessa categoria pode indicar a forma como as instituições de Ensino Superior têm lidado com os processos de ensino e aprendizagem, especialmente no que se refere ao ingresso de estudantes pertencentes a grupos sociais historicamente sub-representados e à compreensão institucional sobre as políticas de ações afirmativas.

A pesquisa desenvolvida por Oliveira (2013) analisou a política de assistência estudantil da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), com foco nas ações voltadas à redução dos índices de evasão e ao aumento do número de concluintes nos cursos de graduação. O estudo revelou que, entre 2009 e 2012, houve um aumento significativo no número de estudantes atendidos, impulsionado pelo processo de expansão do Ensino Superior promovido pelo Reuni. No entanto, foram identificados desafios na operacionalização dos processos seletivos para concessão de benefícios, como a disparidade entre o número de estudantes inscritos e a quantidade de profissionais envolvidos. A autora conclui que o programa de assistência estudantil é essencial para garantir a permanência e a conclusão dos cursos, especialmente para estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Contudo, destaca a necessidade de aprimorar os procedimentos, ampliando as ações para incluir o acompanhamento pedagógico e psicossocial.

O estudo de Senger e Dallago (2019) avaliou o impacto do Programa de Auxílio Estudantil (PAE) da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) na vida acadêmica dos estudantes beneficiários, com base em uma abordagem qualitativa. A pesquisa analisou as experiências e percepções dos estudantes sobre o programa, evidenciando sua relevância para a permanência nos cursos de graduação. No entanto, foram identificadas limitações, como a seletividade do programa, que não contempla todos os estudantes em situação de vulnerabilidade, e a insuficiência dos valores dos auxílios para cobrir os custos da vida acadêmica. Em síntese, as autoras apontam a necessidade de ampliação e aprimoramento do PAE, de modo a garantir o direito à educação e a equidade de oportunidades para a permanência e conclusão dos cursos.

Silva (2019) realizou um estudo com o objetivo de compreender os fatores que contribuem para a permanência e o progresso acadêmico de estudantes beneficiados por ações afirmativas em cursos da área de ciências exatas, além de explorar os aspectos que influenciam suas trajetórias. Para isso, utilizou entrevistas semiestruturadas com estudantes ingressantes por meio da Lei de Cotas em cursos de graduação de duas universidades federais brasileiras. Os resultados indicaram que os fatores que influenciam a permanência e o desempenho acadêmico desses estudantes são múltiplos e interdependentes. A trajetória universitária é marcada pela preparação prévia, pela integração social e acadêmica, pelo envolvimento com docentes em programas institucionais, por questões financeiras e pelas microagressões e/ou preconceitos presentes nas práticas institucionais.

Nesse mesmo direcionamento, a pesquisa de Menezes (2019) analisou a trajetória universitária de estudantes ingressantes por ações afirmativas em cursos de prestígio da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). O estudo buscou compreender as percepções desses estudantes sobre o cotidiano universitário e os desafios enfrentados, além de investigar a articulação entre as políticas de acesso e as de permanência voltadas a estudantes de origem popular. Os resultados destacaram a importância das ações de assistência estudantil para a permanência, embora estas se revelem insuficientes para atender plenamente às necessidades materiais e simbólicas dos estudantes. Os cotistas enfrentam dificuldades financeiras e barreiras simbólicas relacionadas à integração social, além de se depararem com uma cultura institucional e práticas pedagógicas que, muitas vezes, não

contemplam suas realidades, por serem marcadas por uma lógica meritocrática, elitista e excludente.

Menezes (2019) conclui que a trajetória e a experiência universitária dos estudantes oriundos das camadas populares, especialmente em cursos de alta concorrência, apresentam elementos comuns e distintos, dependendo da rede de apoio familiar e social – especialmente aquela construída no próprio ambiente universitário, como a participação em coletivos e movimentos estudantis. A autora enfatiza a necessidade de revisão das práticas institucionais, reconhecendo o papel da universidade na legitimação, valorização e promoção da inclusão dos estudantes cotistas.

A análise das pesquisas reunidas na categoria Gestão Acadêmico-Pedagógica indica que, no contexto da democratização do Ensino Superior, as políticas de ações afirmativas ainda se concentram majoritariamente em ações de acesso e assistência voltadas a estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Isso revela uma fragilidade no entendimento das políticas, as ações e programas direcionados à assistência estudantil. De acordo com Tinto (2006), a permanência estudantil deve ser compreendida como um processo longitudinal, no qual os objetivos e o compromisso iniciais dos estudantes são reforçados ou enfraquecidos a partir de sua integração nos ambientes acadêmico, intelectual e social da instituição.

Considerações finais

Este artigo teve como objetivo apresentar os resultados de uma revisão bibliográfica, do tipo estado do conhecimento, sobre as políticas de permanência estudantil em cursos de graduação nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). A investigação foi orientada pela seguinte questão: como a permanência estudantil no Ensino Superior tem sido abordada na literatura acadêmica? O levantamento concentrou-se na análise dos resumos e das conclusões das publicações, não contemplando exame aprofundado dos procedimentos metodológicos e das abordagens teórico-analíticas adotadas.

Considerando os limites deste estudo, a análise dos trabalhos selecionados no campo das políticas públicas de educação revelou que, apesar da relevância do tema, ainda há número reduzido de publicações nas bases de dados consultadas que abordem de forma articulada as ações afirmativas e as políticas de permanência, especialmente no que se refere aos estudantes beneficiários da Lei de Cotas. Entre os estudos mapeados, apenas 10%

apresentam o termo “permanência estudantil” em seus títulos ou resumos; aproximadamente 43% mencionam “ações afirmativas”; e outros 10% fazem referência à “Lei de Cotas”. Verificou-se, ainda, que a expressão “assistência estudantil” aparece em 39% das pesquisas analisadas.

Os estudos oferecem contribuições relevantes acerca da democratização do acesso ao Ensino Superior e da implementação dessas políticas nas IFES, enfatizando, sobretudo, a inclusão de grupos sociais historicamente marginalizados nesse nível de ensino e a centralidade do Programa Nacional de Assistência de Estudantil (PNAES) nesse processo. Contudo, verifica-se que as questões relativas ao apoio acadêmico e pedagógico – essenciais à permanência dos estudantes – recebem tratamento ainda incipiente na literatura analisada.

A partir dos resultados deste estudo de revisão bibliográfica, constata-se que, embora o campo das políticas públicas de educação se dedique à democratização do acesso ao Ensino Superior, às ações afirmativas e à articulação dessas com a assistência estudantil no âmbito do PNAES, persiste uma lacuna no que concerne ao apoio didático-pedagógico à análise dos efeitos concretos das políticas públicas de educação voltadas à permanência de estudantes, especialmente em relação aos estudantes beneficiários da Lei de Cotas. Parte-se do pressuposto de que a democratização do Ensino Superior exige mais do que a ampliação do acesso e a concessão de auxílios financeiros: demanda a criação de condições efetivas de permanência e êxito acadêmico, por meio de ações que promovam inclusão social, apoio didático-pedagógico, reconhecimento da diversidade e transformação das práticas institucionais.

Como apontam Senkevics e Carvalho (2023), o processo de expansão do Ensino Superior no Brasil resultou na incorporação de estudantes oriundos das camadas populares, historicamente excluídos desse nível de ensino. Diante do desafio de inclusão de novos grupos sociais, as universidades enfrentam demandas que extrapolam a dimensão pedagógica, exigindo reflexão mais ampla sobre o papel do Ensino Superior, o valor social do diploma, as perspectivas de inserção profissional e a relação com o mundo do trabalho. Além disso, é fundamental considerar os múltiplos fatores que atravessam a experiência estudantil, tais como as trajetórias escolares anteriores, a transição da juventude para a vida adulta, a escolha do curso e do turno, a relação com o saber, a conciliação entre estudo e trabalho e as distintas formas de vivenciar o percurso universitário.

Referências

- AMARAL, Tamires Aparecida do. **Políticas públicas de permanência estudantil: a democratização do acesso ao ensino superior**. 2018. 108 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Análise de Políticas Públicas, Universidade Estadual Paulista, Franca, 2018.
- ARAÚJO, Sandy Andreza de Lavor et al. Efetividade da Assistência estudantil para garantir a permanência discente no ensino superior público brasileiro. Sorocaba: **Revista da Avaliação da Educação Superior**, v. 24, n. 3, p. 722-743, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.7476/9786599036477>. Acesso em 01 jan. 2024.
- BRASIL. Decreto nº 7.234, de 19 jul. 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 20 jul. 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm. Acesso em: 19 jan. 2024.
- BRASIL. Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 10 jan. 2001. Seção 1. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2001/lei-10172-9-janeiro-2001-359024-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 19 jan. 2024.
- BRASIL. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 30 ago. 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em: 19 jan. 2024.
- BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Seção 1 - Edição Extra. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2014/lei-13005-25-junho-2014-778970-publicacaooriginal-144468-pl.html>. Acesso em: 19 jan. 2024.
- BRASIL. **Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007**. Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria_pnaes.pdf. Acesso em: 25 out. 2023.
- BRITO, Adriana Carla Teixeira da Costa; COSTA, Adriana Kátia Teixeira da; SOUZA, Kátia Regiane. Política pública de assistência estudantil no ensino superior brasileiro como um instrumento para novos habitus nas universidades. **Nuances: Estudos sobre Educação**, Presidente Prudente, v. 33, p. e022021, jan./dez. 2022.
- CÂMARA, Kathiurcia Montovanelli Cazotti; NUNES, Isabel Matos Nunes. Programa de Assistência Estudantil e os desafios para a permanência no Ensino Superior. **Revista Educação - UNG-Ser**, v. 17, n. 1, p. 114-135, 2022.
- CURY, Carlos Roberto; TRIPODI, Zara Figueiredo. **Políticas educacionais**. São Paulo: Contexto, 2023.

DIAS SOBRINHO, José. Educação Superior: democratização, acesso e permanência com qualidade. In: PAULA, Maria de Fátima Costa de; LAMARRA, Norberto Fernández (org.). **Reformas e democratização da educação superior no Brasil e na América Latina**. Aparecida, SP: Ideias & Letras, 2011. p.121-152

DUBET, François. Dimensões e figuras da experiência estudantil na universidade de massa. **Revista de Educação, Ciência e Cultura**, Canoas, v. 22, n. 3, p. 175-194, nov. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.18316/recc.v22i3.4204>. Acesso em: 10 out. 2024.

FERES JÚNIOR, João et al. **Ação afirmativa**: conceito, história e debates. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2018, 190 p. Sociedade e política collection. Disponível em: <https://doi.org/10.7476/9786599036477>. Acesso em 01 jan. 2024.

FERREIRA, Norma Sandra Almeida. As pesquisas denominadas “Estado da Arte”. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. XXIII, n. 79, p. 257-272, 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302002000300013>. Acesso em: 5 out. 2024.

GOMES, Joaquim Benedito Barbosa. A recepção do instituto da ação afirmativa pelo direito constitucional brasileiro. **Revista de Informação Legislativa**, v. 38, n. 151, p. 129-152, jul./set. 2001. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/705/r151-o8.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2024.

HERINGER, Rosana. Permanência estudantil no ensino superior público brasileiro: reflexões a partir de dez anos de pesquisas. **Cadernos de Estudos Sociais**, v. 37, n. 2, jul./dez. 2022. Disponível em: [https://doi.org/10.33148/CES\(2143\)](https://doi.org/10.33148/CES(2143)). Acesso em: 1º nov. 2024.

LAGO, Tânia Maria. **Gestão das políticas de assistência estudantil**: possibilidades para permanência no ensino superior. 2018. 123 f. Dissertação (Mestrado Profissional) – Programa de Pós-Graduação em Gestão de Políticas Públicas, Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2018.

LIMA, Dilma Sérgio Rodrigues de. **Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES)**. 2023. 116 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Psicologia, Desenvolvimento e Políticas Públicas, Universidade Católica de Santos, Santos, 2023.

LOEBLIN, Elaine Lucio. **As políticas de permanência e assistência estudantil nas instituições públicas de Ensino Superior**: o caso de Rondônia. 2023. 217 f. Tese (Doutorado) – Instituto de Biociências, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2023

MACEDO, Juliana Cavalcanti; ABRANCHES, Ana de Fátima Pereira de Sousa. Política educacional no ensino superior: reflexões sobre a contribuição da assistência estudantil da UFRPE. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação** – Periódico científico Editado pela ANPAE. Goiânia, v. 35, n. 3, p. 916-940, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.21573/vol35n32019.94078>. Acesso em: 10 out. 2024

MACIEL, Carina Elisabeth.; LIMA, Elizeth Gonzaga dos Santos; GIMENEZ, Felipe Vieira. Políticas e permanência para estudantes na educação superior. **Revista Brasileira de Política**

e Administração da Educação, Goiânia, v. 32, n. 3, p. 759-781, 2016.
<https://doi.org/10.21573/vol32n32016.68574>

MENDONÇA, Maísa Amaral de. **Política de Assistência Estudantil**: o acesso e a permanência dos estudantes costistas ao ensino superior no IFAM-CMC. 2021. 160 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia), Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2021.

MENEZES, Simone Cazarin de. **Os desafios da permanência**: as trajetórias improváveis de estudantes cotistas nos cursos de Direito, Engenharia de Produção e Medicina da UFRJ. 2019. 248 f. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

MOROSINI, Marília Costa; FERNANDES, Cleoni Maria Barboza. Estado do conhecimento: conceitos, finalidades e interlocuções. **Revista Educação por Escrito**, Porto Alegre, v. 5, n. 2, p. 154-164, 2014. <https://doi.org/10.15448/2179-8435.2014.2.18875>

MOROSINI, Marília Costa; NASCIMENTO, Lorena Machado; NEZ, Egeslaine. Estado de conhecimento: a metodologia na prática. **Revista Humanidades & Inovação**, Palmas, v. 8, n. 55, p. 70-81, dez. 2021. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/4946>. Acesso: 10 set. 2024.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. Política educacional. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade; DUARTE, Adriana Cancellia; VIEIRA, Livia Fraga (org.). **Dicionário**: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: Faculdade de Educação/UFGM, 2010. p. CD-ROM.

OLIVEIRA, Maria Elizabete. **O momento das ações para a permanência no ensino superior**: visitando a política de assistência estudantil da Universidade Federal de Juiz de Fora. 2013. 101 f. Dissertação (Mestrado em Gestão e Avaliação da Educação Pública) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2013.

PACHECO, Cláudia Regina. Programa de ações afirmativas na UFSM: o ensino superior público sob o olhar de seus gestores. **Revista de Gestão e Avaliação Educacional**, Santa Maria, v. 2, n. 4, p. 7-21, jul./dez. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.5902/21762171989>. Acesso em: 2 out. 2024.

SANTOS, Natália da Costa dos. **Ações afirmativas e forma de permanência no ensino superior público**: uma análise dos desafios dos profissionais na execução da assistência estudantil da UFF. 2018. 87 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.

SENGER, Amália; DALLAGO, Cleonilda Sabaini Thomazini. Assistência estudantil no ensino superior: uma análise do programa auxílio estudantil da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Campus Toledo. **Educere et Educare**, Cascavel, v. 14, n. 31, p. 1-23, 2019. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/educereeteducare/article/view/19980>. Acesso em: 25 nov. 2024.

SENKEVICS, Adriano Souza; CARVALHO, Marília Pinto de. Juventude e acesso ao ensino superior: sobre o não lugar de vestibulando. **Educação em Revista** (online), Belo Horizonte, v. 39, p. 1-19, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-469841621>. Acesso em: 2 out. 2024.

SILVA, Guilherme Henrique Gomes. da. Ações afirmativas no Ensino Superior brasileiro: caminhos para permanência e o progresso acadêmico de estudantes da área das ciências exatas. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 35, p. 1-29, 2019. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1590/0102-4698170841>. Acesso em: 2 nov. 2024.

SILVA JUNIOR, Idney; OLIVEIRA, Ana Claudia Delfini Capistrano de. Igualdade de Oportunidades no Ensino Superior Brasileiro: Ações Afirmativas e Indicadores de Avaliação de Políticas como Mediadores do Sucesso Escolar. **Cadernos de Pesquisa: Pensamento Educacional**, Curitiba, v. 14, n. 36, p. 186-201, 2019.

SOUZA, Celina. **Políticas públicas**: conceitos, tipologias e subáreas. Salvador: Fundação Luís Educardo Magalhães, 2002. Disponível em: <https://professor.pucgoias.edu.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/3843/material/001-%20A-%20POLITICAS%20PUBLICAS.pdf>. Acesso em: 22 set. 2023.

TINTO, Vincent. **Definir la desercion**: una cuestion de perspectiva. México,.Disp v. 18, n. 71, p. 33-51, 1989. Disponível em: http://publicaciones.anuies.mx/pdfs/revista/Revista71_S1A3ES.pdf. Acesso em: 10 dez. 2024.

VAN ZANTEN, Agnès (org.). **Dicionário de educação**. Petrópolis: Vozes, 2011.

VANELI JUNIOR, Dário; CARVALHO, Ademar de Lima. A política pública de assistência estudantil nas instituições federais de ensino superior: conscientização e educação libertadora em debate. **Educação**, Santa Maria, v. 48, e85, p. 1-22, 2023.

VARGAS, Hustana; HERINGER, Rosana. Políticas de permanência no ensino superior público em perspectiva comparada: Argentina, Brasil e Chile. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, Tempe, v. 25, n. 72, p. 1-33, 2017. Disponível em: https://lepesufjrj.org.br/wp-content/uploads/2024/12/VARGAS-HUSTANA-MARIA-HERINGER-ROSANA-.Políticas-de-permanencia-no-ensino-superior-publico-em-perspectiva-comparada_Argentina-Brasil-e-Chile.pdf Acesso em: 19 jan. 2024.

Sobre as autoras

Edna Vieira da Silva

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (FaE/UFMG). Mestra em Educação Tecnológica pelo Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG). Graduada em Pedagogia pela Universidade Estado de Minas Gerais (UEMG). Pedagoga no CEFET-MG.

E-mail: ednasam@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8049-5220>

Suzana dos Santos Gomes

Graduada em Pedagogia, mestra e doutora em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Pós-doutora em Educação pela Universidade de São Paulo (USP) e Universidade de Lisboa (UL). Professora associada da UFMG, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação: Conhecimento e Inclusão Social, na linha de Pesquisa Políticas Públicas de Educação. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq.

E-mail: suzanasgomes@fae.ufmg.br

ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-8660-1741>

Recebido em: 23/06/2025

Aceito para publicação em: 27/02/2025